

Sarney pedirá apoio para mudar a face do Brasil

Mensagem vislumbrará uma sociedade democrática, estável, soberana, moderna e justa

HELIVAL RIOS Da Editoria de Economia

Se as lideranças políticas nacionais não negarem seu apoio ao presidente Sarney ao longo do seu mandato, o Brasil sofrerá profundas transformações nestes próximos anos, convertendo-se num País solidamente democrático, politicamente estável, plenamente soberano, moderno do ponto de vista econômico e bem-sucedido na área das conquistas sociais.

Esta será a mensagem fundamental do pronunciamento que o presidente José Sarney fará segunda-feira à Nação, quando definirá a política global de ação do seu governo, pedindo o apoio de toda a sociedade brasileira a este programa, sem o que não conseguirá imprimir ao País as grandes transformações que deseja.

Este apelo em busca do respaldo de toda a sociedade, através de suas lideranças políticas, juntamente com as definições que o Presidente fará em torno da Constituinte, forma a substância do conteúdo político do seu pronunciamento.

A mensagem do presidente José Sarney partirá de um amplo diagnóstico sobre as áreas política e social, assinalando a herança pesada que recebeu das administrações passadas. Mencionará o problema financeiro gerado pelas elevadas dívidas externa e interna contraídas pelo governo, o déficit para com o setor social, notadamente nas áreas de alimentação, saúde, habitação, educação e justiça e reassegurará sua decisão de buscar firmemente a retomada do crescimento econômico, de 5 por cento para este ano e

de pelo menos 6 por cento para os próximos anos.

Segundo se informou no Palácio do Planalto, a idéia do presidente Sarney, com este seu pronunciamento à Nação, é buscar um crédito junto à sociedade. Conforme se assinala no Palácio do Planalto, o presidente Sarney, como todos os políticos da Aliança Democrática, foi apanhado de surpresa pela morte do presidente Tancredo Neves. O que se seguiu daí em diante foi um período tumultuado pela própria ausência de Tancredo, que era o arquiteto de todo um projeto político.

Havia pontos-chaves deste projeto que apenas Tancredo conhecia. Mesmo assim o Governo procurou desenvolver, nos primeiros 120 dias da Nova República, pontos que considerou fundamentais do programa da Aliança Democrática, como a redução do déficit público, a liberação de recursos para a área social, e o combate à inflação. E neste período, procurou tomar conhecimento da realidade sócio-econômica do País. Segundo algumas interpretações feitas no Palácio do Planalto, o Governo começa mesmo, para valer, é agora. E o marco deste reinício é o pronunciamento que o presidente Sarney fará amanhã à Nação.

O governo do presidente Sarney assumiu o comando do País com um déficit de caixa de Cr\$ 109 trilhões. Só o pagamento de juros a ser feito pelo Governo este ano situa-se em aproximadamente Cr\$ 95 trilhões, cerca de 21 por cento da receita global do setor público, ou seja, das receitas somadas da União, Estados, Municípios, autarquias e estatais. Desses Cr\$ 95 trilhões de juros, 65 por cento referem-se à dívida exter-

na e 35 por cento à dívida interna. Se não houver superávit fiscal suficiente para pagar qualquer fração da conta de juros, a dívida do Governo crescerá pelo menos 14 por cento ao ano.

Esta situação é que leva o Governo a impor a si mesmo um rigoroso programa de disciplina de gastos e a buscar novas formas de aumento da arrecadação do Tesouro. E não faz isso porque recebe uma imposição do FMI, mas por considerar que sem este saneamento da sua economia

A execução do projeto do Governo afunila para um só ponto: o respaldo da sociedade. É isso que o Presidente deverá pedir

estaria simplesmente criando amarras à retomada do crescimento econômico, sem o que o País não poderá gerar o nível de emprego de que necessita, superior a um milhão e meio de novos empregos por ano.

Para que ocorra a retomada do crescimento, dirá o presidente Sarney, é fundamental o êxito no combate à inflação. E isto não será conseguido sem sacrifícios. Mas estes sacrifícios não serão mais cobrados dos trabalhadores. A política de ação do Governo vai garantir a recuperação do salário real por

via indireta. Ou seja, o aumento da produção agrícola e os gastos públicos em saúde, alimentação e transportes urbanos serão fundamentais para o aumento da renda pessoal real dos trabalhadores.

O governo do presidente Sarney encontrou o País marcado por um processo de "favelização" dos grandes centros, com salários insatisfatórios, subnutrição, precários serviços de saúde, condições subumanas no campo, falta de escolas e um pesado déficit de habitação e de saneamento básico — problemas que ameaçam enormemente a estabilidade social e a democracia. Entende o governo que agora, sua prioridade "número um" será buscar decisivamente a redução dessas carências, tanto através de uma política econômica geral voltada para a retomada do crescimento, como através de programas específicos orientados para cada uma dessas áreas.

O presidente Sarney quer também encerrar o ciclo das medidas imediatistas do Governo do tipo "da mão para a boca", e implantar uma política austera, onde as medidas de curto prazo estejam intrinsecamente ligadas a toda uma política de médio e longo prazos. Em outras palavras, pretende restaurar um sistema de planejamento.

O governo deseja definir uma política industrial coerente com as aspirações da sociedade brasileira. Serão deflagrados programas e mecanismos capazes de provocar uma redistribuição efetiva da renda pessoal e regional no País. Atenção especial será concedida ao Nordeste.

A política de desenvolvimento agrícola deverá contar com um aporte firme de crédito a taxas de juros compatíveis com a sua rentabilidade. Haverá toda uma linha de incentivos especiais para os pequenos produtores e a toda agricultura o Governo garantirá preços. O abastecimento será acompanhado por uma política vigilante contra os movimentos especulativos.

O presidente Sarney vai se comprometer com os governos estaduais e municipais a fazer deslanchar uma ampla reforma tributária através da Assembléia Constituinte visando à equidade fiscal, à recomposição da carga tributária, e à harmonização de receitas e encargos entre a União, Estados e municípios.

Na área externa, Sarney deve reassegurar que o governo brasileiro não vai concordar com condições de renegociação da dívida externa que imponham sobre a sociedade brasileira o ônus exclusivo do ajuste. O Governo tem em mente que a redução de um ponto percentual nos encargos financeiros da dívida externa propicia ao País uma economia direta e indireta de Cr\$ 6 trilhões. E não vai abrir mão de exigir condições mais favoráveis dos seus credores, tendo em vista que o que está em jogo é o desenvolvimento social e econômico do País e a própria soberania nacional.

A execução deste ambicioso programa de governo, contudo, afunila para um único e decisivo ponto: o respaldo político de toda a sociedade. E é exatamente este respaldo que o presidente Sarney deverá pedir amanhã à Nação.